

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 033

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Luciana Rafagnin*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Marcos Isfer*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
01 DE ABRIL DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 008/2002

Curitiba, 22 de março de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva prorrogar por quatro anos, o prazo de cessão, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, com área de 11.200,00m<sup>2</sup>, situada no bairro Campina do Siqueira, nesta Capital.

O plano de lei em referência, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, tendo em vista que, no questionado imóvel, a Prefeitura Municipal de Curitiba mantém a Unidade de Saúde Campina do Siqueira, cujo prazo da cessão, somado ao da prorrogação autorizada pela Lei nº 12.106, de 06 de abril de 1998, findirá em 31 de dezembro do corrente ano.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica prorrogado, por 04 (quatro) anos, a contar de 31 de dezembro de 2002, o prazo de que trata o artigo 2º, da Lei nº 12.106, de 06 de abril de 1998, mantidas as cláusulas resolutivas ali previstas, referentes à cessão, ao município de Curitiba, de imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, descrito na referida lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

**Ofício:**

**OFÍCIO**

Sob o nº CTL/SEEG/142/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

315/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a União dos Moradores do Bairro dos França, com sede e foro no município de Ortigueira, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.514. **Anote-se - Arquite-se.**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 626

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a preferência para a discussão e votação do Pro-

jeto de Resolução nº 003/20002, item 19 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### REQUERIMENTO Nº 622

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 03 Sessões do Projeto de Lei nº 023/2002, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 638

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do Projeto da Lei nº 216/2000, constante na presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### REQUERIMENTO Nº 616

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 522/2001 e 155/2002 aos Projetos de Lei nºs 135/99, 244/99, 170/2000 e 253/2000 os quais já se encontram anexados, que isenta de pagamento de pedágio veículos emplacados nos municípios, que sejam sedes de praça de pedágios.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 640

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER sejam designados cinco deputados, pela Presidência desta Casa, para comporem uma Comissão Parlamentar Especial, pelo prazo de 120 dias, com o objetivo de colher informações, sugestões e discutir com a sociedade civil organizada e com as comunidades universitárias paranaenses, docente e discente, a implantação do estatuto da autonomia das universidades, seu alcance, mecanismos de controle e demais questões dela decorrentes.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 632

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Angelina Cavalheiro, ocorrido no dia 28 do corrente, e que seja remetida cópia deste expediente à família enlutada, com mensagem de condolências.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

Consternados recebemos a notícia do falecimento da Sra. Angelina Cavalheiro, pessoa muito estimada por este parlamentar e pela comunidade evangélica, especialmente pelos membros da Igreja do Evangelho Quadrangular desta Capital, onde por muitos anos exerceu a relevante função de diaconisa, sempre auxiliando aqueles que necessitavam de ajuda nos momentos mais difíceis de suas vidas, transmitindo-lhes uma palavra de fé, esperança e conforto.

Ficam saudades e a certeza de que o nosso Criador continuará olhando pelos nossos irmãos menos favorecidos e que precisam de apoio para continuar em suas caminhadas.

#### REQUERIMENTO Nº 614

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à diretoria e cooperados da Cooperativa Mista São Cristóvão Ltda - Camisc, com sede no município de Mariópolis, parabenizando pelo excelente resultado financeiro obtido em suas atividades no exercício de 2001/2002.

Do aprovado requer ainda, se dê ciência à Diretoria e cooperados da Camisc, em nome de seu presidente, Ari Antonio Reisdoerfer, no endereço: Rua Quatro, 503, Caixa Postal 51 - CEP 85525-000 - Mariópolis - PR.

Sala das Sessões, em 01.04.2002

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa Agrícola Mista São Cristóvão Ltda. tem razões para comemorar a chegada de seus 40 anos. O último ano foi coroado de êxito em suas atividades, com um resultado financeiro ultrapassando R\$800 mil no exercício de 2001/2002. O resultado é atribuído à seriedade do trabalho desenvolvido por sua diretoria e à fidelidade e credibilidade exercida por seu quadro social, hoje com mais de 1.200 agricultores cooperados.

Sua área estatutária de ação abrange os municípios no Paraná, de Mariópolis, Clevelândia, Pato Branco e Vitorino; e em Santa Catarina, São Domingos e Jupiá.

Motivo de orgulho para a sua região de atuação, a CAMISC surgiu no ano de 1962, quando Orildo Benato, Guerino Fransceatto, Ernesto Colnaghi, André Miglioranza Neto, João Mascarello Filho, Virgínio Renosto, Remy Fabris, Reinaldo Bolzan, Costante Soranzo, Mário Miglioranza, Pedro Bordim, Ângelo Fabris e Júlio Adelfo Moretti, reuniram-se com o objetivo de constituir

uma cooperativa. Nascia na idéia destes agricultores pioneiros de Mariópolis, os ideais do cooperativismo, hoje presente em mais de 141 países em todo o mundo.

Para os cooperativistas ligados à CAMISC, o cooperativismo é mais que um negócio é um ideal de vida de quem acredita na união como fórmula inalienável do progresso de uma classe.

Desde a sua fundação na década de 60 a CAMISC vem experimentando um crescimento constante, podendo possibilitar com seu trabalho a melhoria da qualidade de vida do homem do campo.

Proporcionando assistência técnica, insumos e preços competitivos e apoio integral as ações da agricultura, a cooperativa está cumprindo seu papel social de forma exemplar. A CAMISC é razão de orgulho para o cooperativismo paranaense.

Não poderíamos deixar de louvar o trabalho desenvolvido por esta cooperativa, desejando os mais profundos votos de congratulações a seu quadro social, na certeza de que o trabalho continuará rendendo bons frutos para o cooperativismo regional e paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 623

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Hospital Espírita Psiquiátrico Bom Retiro, pela comemoração de seus 57 anos.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Espírita Psiquiátrico Bom Retiro, comemorou seus 57 anos de fundação, sempre trabalhando em favor das vítimas da doença mental e que necessitam de cuidados e tratamentos especiais. Em quase 60 anos de atuação o Hospital Bom Retiro, como é conhecido, vem implementando novos atendimentos, principalmente à população mais carente no cenário da saúde pública.

O Hospital atende pacientes com transtornos mentais, alcoolismo, drogadição e psicogeniatria, em regime de internação ou não. A área do Núcleo de Atenção Psicossocial - NAPS, foi iniciada em 1997 para atendimento de transtornos mentais e com 30 vagas para pacientes do SUS. Agora o Serviço tem capacidade para 60 vagas.

O Hospital disponibiliza 7 unidades funcionais de tratamento, masculina e feminina, totalizando 260 leitos. Destes, 158 estão destinados ao atendimento de pacientes do SUS, sendo 102 leitos destinados a pacientes particulares e de outros convênios.

A filosofia de tratamento utilizada pelo hospital é a de que o ser humano é um complexo bio-psico-culturo-sócio-espiritual e, quando adoece, precisa de tratamento abrangente e articulado. E para isso o hospital oferece a seus pacientes mais do que um tratamento psiquiátrico e medicamentoso. Além da psicoterapia em grupo, também

é feito tratamento durante várias atividades sócio-terapêuticas e operativas - atividades recreativas, esportivas, trabalhos manuais, jardinagem e música - que acontecem no interior de unidades ao ar livre.

Pela comemoração de seus gloriosos 57 anos, receba o Hospital Espírita Psiquiátrico Bom Retiro, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 624

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Restaurante Madalosso, pela comemoração de seus 32 anos.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Restaurante Novo Madalosso estará completando amanhã (02 de abril de 2002) seus 32 anos de sua fundação. Fundado em 1970, é o segundo maior restaurante do mundo (o maior é o Royal Dragon de Bangcoc).

Fundado pela família Madalosso, começou em maio de 1963, com o senhor Antonio Domingos Madalosso e senhora Rosa Fadanello Madalosso, que trabalhavam com parreiral. Como o prédio da frente da plantação estava para vender, eles iniciaram ali o restaurante, com apenas 24 lugares. Na época contavam com 3 garçons; Carlos Roberto Madalosso, Severino Madalosso (ambos da família) e Ernani Ribas do Vale. Na cozinha do restaurante estavam na época, Dona Flora Madalosso Bertoli (filha do proprietário e o ex-vereador de Curitiba Ademar Bertoli).

O Velho Madalosso cresceu e foi sendo ampliado, chegando aos seus atuais 320 lugares. Depois disso, em 02 de abril de 1970 foi inaugurado o Novo Madalosso, que é um dos pontos de encontro da família curitibana, além de ser ponto de parada obrigatória dos turistas que visitam a nossa Capital. Atualmente possui mais de 168 funcionários e tem capacidade para atender 4.600 pessoas, servindo a tradicional comida italiana, além do vinho da colônia em seus 08 salões.

Localizado em Santa Felicidade (bairro italiano de Curitiba) o restaurante Madalosso serve atualmente cerca de 1.500 refeições ao dia e nos finais de semana chega a servir 7.000 pessoas.

Nos seus 32 anos o Madalosso tem muitas histórias para contar. São histórias que envolvem o dia-a-dia de trabalho e dedicação dos que ajudaram a construir a própria história do restaurante. Os curitibanos tem nele um velho conhecido - um membro de sua família, sempre tradicional e simpático como um bom italiano. Por ali já passaram muitos políticos - já foram servidos na casa os presidentes: Emílio Médici, Ernesto Geisel, Aureliano Chaves, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, além de todos os governadores do nosso Paraná.

O empreendimento cresceu tanto que hoje fazem parte das empresas do Grupo Velho Madalosso, Novo Madalosso, Família Fandelli (já com 10 anos), fazendas e postos de gasolina. da primeira geração da família estão hoje seis pessoas envolvidas, da segunda geração, são 5 pessoas e já há 2 pessoas da terceira geração trabalhando no Grupo.

E tanta dedicação, tanto trabalho e tanto progresso não deixaram para trás a tradição: a cozinha ainda continua sob o comando de dona Flora Madalosso Bertoli e Ernani Ribas do Vale é Maitre do Novo Madalosso.

Ao Restaurante Madalosso (Avenida Manoel Ribas, 5875 - Santa Felicidade - Ctb), pela comemoração de seus 32 anos, através de seus proprietários - senhora Flora Madalosso, senhor Carlos Madalosso e senhor Severino Madalosso, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 625

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao jornal Visão, pela comemoração de seu primeiro aniversário

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Há um ano atrás nascia mais um jornal - o jornal Visão. Com circulação em Curitiba, região metropolitana e abrangendo as Secretarias de Estado do Governo do Estadual, o veículo de comunicação começou a circular em março de 2001.

Com sede no município de Campo Magro (Região Metropolitana de Curitiba), o jornal traz em suas páginas um vasto material de interesse das comunidades que abrange. De política a serviços, de cultura a utilidades em geral, o jornal Visão traz uma visão clara de acontecimentos e assuntos, com clareza de opinião e qualidade jornalística.

O novo veículo de comunicação firmou-se como respeitado e destacado dentro do nosso Estado, já que conta com uma equipe de primeira linha para a preparação do Jornal.

Pela comemoração de seu primeiro aniversário, receba o jornal Visão (Rua das Violetas, 553 - Bairro Boa Vista I - Campo Magro-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 631

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações aos novos membros da diretoria e do conselho fiscal deliberativo da ACIFI - Associação Comercial Industrial de Foz do Iguaçu - eleitos no dia 25 de março de 2002.

Fazem parte da nova diretoria: Arnaldo Bortoli, presidente; Ivone Borofaldi, primeira vice-presidente; Danilo Vendruscolo, segundo vice-presidente; Fábio Prado, vice-presidente Finanças e Patrimônio; Adélcio Rafagnin, vice-presidente administrativo; Paulo Pulcinelli Filho, vice-presidente de Comércio; Adelar Guilherme Matté, vice-presidente de Indústria e Turismo; Roni Carlos Temp, vice-presidente de prestação de Serviços; Fermino Luiz Brugners, vice-presidente Comércio Exterior; Maria da Glória P. Silva, vice-presidente da Mulher Empresária e Ruy Marcos Chimin, vice-presidente do Jovem Empreendedor.

Formam os conselho fiscal deliberativo os senhores Antônio Migliorini Júnior, Valentin Nadal da Silva, Wilson Teles Marcolin, Pedro Tenerello, Marcelo Antonio Bordin, Edvino Borkenhagen, Manoel Maria Lameiras, Pedro Grad Roth, Ernesto Keller, Walter Venson, João Batista de Oliveira, Acir Albino Dibas, Kamal Osman, Jackes Liston, Hermínio Bento Vieira.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 633

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Palmeira, pela passagem de seus 183 anos de emancipação política, no próximo dia 07 de abril/2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Mussoline Mansani, prefeito municipal, à vice-prefeita, Dulcinéia Ruth Mansabeira de Freitas, bem como a todos os vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população do município de Palmeira com grande alegria vê transcorrer, no próximo dia 07 de abril, mais um aniversário de emancipação política, que temos certeza será comemorado festivamente.

Através de um trabalho digno todo o povo presta sua eficiente colaboração para o desenvolvimento cada vez maior do seu município, sempre com espírito de luta e companheirismo demonstrado por todos, pois é através da união de esforços que se construirá um município com invejável progresso e um Paraná mais digno e justo para os paranaenses.

É com orgulho que o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, congratula-se com toda a população de Palmeira, certo de que continuará o importante trabalho para o completo desenvolvimento do município.

# REQUERIMENTO Nº 634

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, votos de congratulações ao Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, através da sua dire- tora, doutora Maderli Sech, pela passagem dos seus cin- quenta e sete anos de fundação, sito à Rua Nilo Peçanha, 1552, Bom Retiro.

Solicito a especial gentileza em notificar a interes- sada acerca do voto em apreço até o dia 05/04/2002, no endereço acima mencionado.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) MARCOS ISFER

# REQUERIMENTO Nº 635

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Hilário Andraschko, prefeito municipal e ao senhor Odi- lon Luiz Scopel, presidente da Comissão Municipal de Feiras de Palmas, pela realização da VI Expopalmas que ocorreu entre os dias 20 e 24 de março último.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Hilário Andraschko, prefeito municipal e ao senhor Odilon Luiz Scopel, presidente da Comissão Municipal de Feiras, bem como aos vereadores para que recebam e transmitam a todos os colaboradores as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.04.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

O município de Palmas, realizou entre os dias 20 e 24 de março último, a VI Expopalmas, com a presença de grande número da população local e da região sudoestina, quantidade expressiva de autoridades, convidados, inclu- sive este modesto deputado.

Foram sem dúvida, cinco dias de festividades pro- duzidas por aquela gente tradicional na arte de inspirar a ação humana, reconhecida e respeitada pelas tradições.

E a vocação daquela gente, foi e continuará sendo a paixão de exposições organizadas com todo o carinho.

A articulação dos organizadores valeu-se de ampla reserva de capacidade para a VI Exposição de Pecuária, caracu - charolês - blonde - ovinos - Feira da Indústria, Comércio e Artesanato - Festa Gastronômica e Shows Artísticos - Exposição e Feira da Maçã. A experiência e talentos de todos aqueles que contribuíram, participaram para o grande brilho das festividades. Do balanço dessas vivências, tiramos a conclusão de que a experiência de ontem, pavimenta o caminho para os acertos de hoje e do amanhã para a sensibilidade, para as agruras e os anseios da sociedade palmense.

A maturidade para lidar com os desafios, a vontade e a determinação de acertar e fazer acontecer a grande festa que presenciamos em Palmas.

Requeremos a transcrição nos Anais da Casa, para que fique gravado para a posteridade.

# REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de congratulações ao piloto paranaense no GP Brasil de Fórmula 3000.

Requer ainda, que se dê ciência através de corres- pondência a ser encaminhada ao KM 01 da Rodovia PR- 317- CEP 85900-000 - Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 01.04.2002

(a) ADEMIR BIER

# REQUERIMENTO Nº 636

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atri- buições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de parabenização à Tele- visão Tropical pelos seus 23 anos de fundação.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rodovia Celso Garcia Cid, Km 380 CEP 86055-901 - Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.04.2002

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

# REQUERIMENTO Nº 615

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER o envio de expediente à sra. Delise Ghuarienti Almeida, com votos de congratulações pela passagem do 16º aniversário do jornal Correio do Povo de Pato Branco, ocorrido no último dia 19.

Sala das Sessões, em 01.04.2002

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

O aniversário do jornal Correio do Povo, orgulho- samente sediado no município de Pato Branco, deve ser registrado sob o signo da emoção, ao lado do reconheci- mento por tudo o que representa o aludido veículo de comunicação para o Paraná e em especial para a região sudoeste do Estado. Detentor de uma credibilidade incon- teste, fruto de uma linha editorial séria e imparcial, o jor- nal tem, ao longo dos últimos 16 anos, divulgado os principais acontecimentos ocorridos no Brasil e fora dele, possibilitando assim aos seus leitores, estarem atentos aos fatos que marcaram época.

A nomes que prenunciam sucessos contínuos, assim é a empresária Delise Ghuarienti Almeida que com competência e visão administrativa, tem possibilitado ao jornal Correio do Povo, superar obstáculos, fazendo deles

incentivos para o crescimento criteriosamente planejado, fato este facilmente observado naquela empresa.

Assim, através deste parlamentar a Assembléia Legislativa cumpre com o seu dever de felicitar aqueles que fizeram grande feitos pelo nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 630

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, solicitando aumento do efetivo da Polícia Civil do Estado do Paraná, condizente com o crescente número de habitantes de nosso Estado, e que seja feito o aproveitamento dos candidatos classificados na totalidade de cargos vagos, pois, existem ainda excedentes do último concurso realizado em 1997.

Essa possibilidade é extremamente viável, já que há remanescentes homologados no Diário Oficial nº 5581, de 17 de setembro de 1999, onde de classificaram, para a capital do Estado, 582 pessoas, das quais somente 278 foram convocadas, e desse montante, mais de 80 desistiram ou pediram sua exoneração. Além disso, em ofício nº 505/2000, de 17 de março de 2000, o então secretário de Segurança Cândido Martins de Oliveira, demonstra a existência de 1.614 cargos vagos para investigador de polícia, 220 municípios sem nenhum policial civil, 277 municípios sem delegados de carreira, 297 municípios sem escrivão de polícia, e 284 municípios sem investigador de polícia, o que vem prejudicando na instauração de inquéritos para percução processual.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 619

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, sejam solicitados reparos, em caráter de urgência, no telhado da Escola Estadual Eugênia de Oliveira Lima, na cidade de Santa Mariana.

Requer, ainda seja enviada cópia deste a Sua Exa. a senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 01.04.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O telhado apresenta defeito e com as chuvas alagam-se as salas de aula e demais dependências da escola. Isso provoca avarias no sistema elétrico e no forro de madeira.

#### REQUERIMENTO Nº 620

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, sejam solicitados os serviços de limpeza das

canaletas e roçada do mato nas laterais da estrada que liga Sertanópolis à Bela Vista do Paraíso.

Requer ainda, seja enviado cópia deste ao Exmo. Sr. Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes.

Sala das Sessões, em 01.04.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

As canaletas laterais estão obstruídas fazendo com que as águas das chuvas corram pelo leito da estrada, danificando-a cada vez mais.

O mato está invadindo a pista, limitando a visibilidade dos que nela trafegam. Tais circunstâncias tornam a estrada mais propícia à ocorrência de acidentes.

#### REQUERIMENTO Nº 621

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, sejam solicitados reparos em caráter de urgência, nos sanitários da Escola Estadual Alberto Carazzai, na cidade de Cornélio Procopio.

Requer, ainda, seja enviada cópia deste a S. Exa. a sra. Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 01.04.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Há um mau cheiro insuportável nos banheiros da escola, causando mal-estar a todos que deles se utilizam, e até mesmo nas imediações dos banheiro, ninguém permanece.

Há também, uma ameaça de alunos denunciarem tal fato à Vigilância Sanitária, por ser prejudicial à saúde.

#### REQUERIMENTO Nº 617

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, o discurso do deputado federal Osmar Serraglio - PMDB, proferido em sessão da Câmara dos deputados em Brasília, no último dia 26 de março de 2002, conforme documento em anexo. O referido discurso faz referência aos fatos que estão ocorrendo no município de Santa Helena.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Câmara Municipal de Santa Helena, bem como ao deputado federal Osmar Serraglio, através de correspondência oficial desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se deve ao fato de que o discurso do deputado federal Osmar Serraglio faz referência às ocorrências registradas no município de Santa Helena. Tais fatos, que envolvem advogados daquela cidade, já foram comunicados às autoridades competentes e, por serem

extremamente graves, devem ser registrados também nos Anais desta Casa de Leis, para que todos os parlamentares paranaenses tomem conhecimento.

#### JUSTIFICATIVA:

Mais uma vez volto a esta tribuna para falar do município de Santa Helena, no nosso Estado do Paraná. Preferia que pudesse oferecer outro enfoque àquela população ordeira. mas, lamentavelmente, preciso registrar e enfrentar uma realidade que não é a desejada pelos santahelenenses: não se tem mais segurança e as instituições públicas estão desacreditadas.

Na semana passada, os advogados Hudson Ferreira D'Angelo, Nelson Ferreira D'Angelo, Paulo Fernando Braghini, Diautira Emanuela de Moura, Silvia Mattel, Néri Mazzochin e Josel Roberto Hauenstein, corajosamente formularam a postulação junto à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, para que intercedessem junto à Secretaria de Segurança do Estado, para que fosse assegurada a defesa da integridade física do advogado Paulo Braghini, em virtude de atentado de que fora vítima.

Desde as últimas eleições que a população de Santa Helena está sobressaltada. Nunca testemunhara eventos como os que ocorreram no palco da mais sagrada das manifestações democráticas, a escolha de seus prefeitos e vereadores. Abuso desbragado de poder político praticado, sem que a Justiça mostre interesse em esclarecer os fatos, pelo contrário, facilita a matreirice dos encastelados no poder municipal, que impedem a realização de audiências sem que o magistrado isso coíba, redesignando-as a curto espaço de tempo, interferência desastrada da Justiça Eleitoral, no período das eleições, gerando insegurança e tramando em favor de candidato, mandados de busca e apreensão incidindo sobre pessoas escolhidas a dedo, mortes que ocorreram por razões de ordem política e cuja responsabilização não acontece, enfim - bela Santa Helena não corresponde aos sonhos dos que nela residem.

Diante desse quadro, as reclamações repercutiram junto à Justiça Estadual, realizando-se, finalmente, no dia 20 de março, quarta-feira passada, uma correição extraordinária, com a presença de S. Exa. o desembargador corregedor-geral de Justiça, em que foram ouvidos, em caráter sigiloso, diversos advogados militantes naquela Comarca.

Na saída do Fórum, quando intimorato advogado doutor Paulo Braghini se dirigia a pé, sozinho, para seu escritório, próximo ao Fórum, foi seguido por pessoas que estavam em veículo na contramão e que somente não foi abordado porque o doutor Paulo pediu socorro de sua esposa que o recolheu em seu veículo, conduzindo-o até seu escritório.

Sucedendo que, à noite, a residência daquele advogado militante na comarca há mais de 20 anos, foi alvejada por mais de vinte tiros disparados por arma de fogo, cujo objetivo era atingi-lo pessoalmente, tanto que direciona-

dos para sua sala de estar, perfurando seus móveis, paredes e aparelhos eletrônicos.

O interessante é que, quando da realização da correição, apaniguados do prefeito, por ele mobilizados, se postaram em frente ao Fórum, esbolando manifestação como que a pressentir que o conluio que se urde entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário caminha para o desmascaramento.

Não é possível que não se ofereça à população de Santa Helena um mínimo de confiança em suas autoridades. O que ela deseja não é mais do que o funcionamento da Justiça, apurando os abusos que se acometeram nas eleições - aliás em parte já reconhecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral - as mortes que ocorreram, e, de uma vez por todas, que se ofereça segurança aos moradores.

Não se pode mais aceitar atos como os praticados contra o doutor Paulo Braghini, sobretudo quando se sabe que, por estar denunciado os desmandos da administração municipal, passou a ser perseguido.

Conclamamos, por isso, o Judiciário do Paraná, nossas autoridades policiais e políticas, para que cerrem fileiras em torno da tranquilidade que a população de Santa Helena tanto almeja.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 162/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido o lançamento e venda de ações da Sanepar através de processo internacional de emissão de ações IPO-Initial Public Offering, por meio de um Programa ADR-American Depositary Receipts, que prevê a emissão de ações diretamente em Bolsas de Valores Brasileiras e Americanas, ou a qualquer título ou protesto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o contido no parágrafo primeiro, do artigo 2º, da Lei nº 11.963, de 19 de dezembro de 1997.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) NEIVO BERARDIN

#### JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado possui 87,52% do capital social da Sanepar, e atualmente tem apenas 60% das ações ordinárias. A venda de 37,52% ao Grupo Dominó, rendeu ao Governo R\$244 milhões, cuja aplicação de tal recurso, nem ao Tribunal de Contas foi possível formar opinião sobre o assunto. Um patrimônio paranaense que evaporou.

A Sanepar fará o lançamento e venda das ações, para, segundo nota explicativa da diretoria da empresa, através do balanço publicado em 31/12/2001, pagar um

empréstimo ao Governo do Estado do Paraná, em 2002, no valor de R\$179.552.

Uma vez que o Governo retirou do capital da empresa em 1998, R\$244 milhões, a transferência do montante ora emprestado R\$179 milhões, para aumentar a participação societária do Estado na Sanepar, reconstituiria, mesmo que em parte, o poder de gestão na Sanepar, uma vez que um acordo de acionista entre Governo e empresa, resultou em plena desvantagem do acionista majoritário, no caso o Governo.

A Sanepar, não tendo sistematicamente ações negociadas em Bolsa de Valores, muito provavelmente, amargará mais um prejuízo, como o que ocorreu na venda em bloco, ao Grupo Dominó, onde o valor arrematado ficou aquém em R\$136 milhões, do valor do patrimônio líquido na oportunidade, ou seja, prejuízo direto aos cofres públicos.

Alguns indicadores sobre a atuação da Sanepar em 2001 em relação a 2000, sempre comprovando a tendência de que após sua privatização parcial, a preocupação passou a ser na obtenção da lucratividade.

1º - O reajuste tarifário de 2001 foi de 12,80% quando a inflação foi de 7,67% ou seja, as contas de água subiram para a população 66,8% acima da inflação.

2º - O índice de rentabilidade, com relação ao Patrimônio Líquido médio obtido, apresentou resultado 10,8 superior a 2000, representando ganho adicional de R\$15,6 milhões.

3º - Somente nos exercícios de 2000 e 2001, o lucro líquido da Sanepar foi de R\$288 milhões.

4º - A Sanepar pagou, a título de dividendos e juros sobre o capital, próprio, somente em 2001, R\$70 milhões sendo 159% superior a 2000 e, para 2002 a Assembleia Geral da Sanepar aprovou em 22 de março p.p. a título de pagamento aos acionistas da Sanepar, mais 73 milhões referentes a juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios.

5º - A participação nos resultados da Sanepar para os funcionários reduziu em 43% quando os lucros de 2001 foram 11,4 superiores a 2000.

6º - Com honorários da diretoria e conselhos ocorreu o contrário. Em 2000 o valor foi de R\$615 mil, enquanto em 2001 o valor saltou para R\$875 mil reais, superior em 42% os gastos do exercício de 2000.

Anexos:

- Lei nº 11.963 de 19/12/1997.
- Página 70 do relatório de Prestação de Contas do Tribunal de Contas, item 5.13.1 - redução da participação societária do Estado nas Empresas.
- Acordo de Acionistas.
- Estatuto da Sanepar.
- Publicação do Balanço de 2001 da Companhia de Saneamento do Paraná, folhas 16 a 20 da Gazeta do Povo, de 28/02/2002.

## PROJETO DE LEI Nº 163/2002

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica determinado que, para a concessão de Alvará de Licença para a Profissão de Guia de Turismo, o profissional deverá estar cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur, segundo o disposto na Lei Federal nº 8.623/93.

Art. 2º - Para atuar no território do Estado do Paraná, o Guia de Turismo deverá estar, obrigatoriamente, cadastrado junto à Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 3º - Fica expressamente vedado aos grupos de excursões de turistas, mesmo que acompanhados de guias de turismo nacional e/ou internacional, quando em visita ao Estado do Paraná, dispensar a prestação de serviços de guia de turismo regional, devidamente cadastrados na Embratur.

Parágrafo Único - É obrigatória a contratação de guia de turismo regional, cadastrado na Embratur e na Secretaria de Estado da Fazenda, por parte dos hotéis, agências, operadoras e outros promotores de eventos, quando da realização de passeios turísticos nas cidades do Estado do Paraná.

Art. 4º - A diretoria da Paraná Turismo, em conjunto com as entidades representativas dos guias de turismo no Estado do Paraná, promoverá anualmente, cursos de atualização dos guias de turismo regional que estiverem cadastrados junto a Embratur.

Art. 5º - Nos cursos estabelecidos no artigo anterior, serão abordados obrigatoriamente os seguintes aspectos:

- I - a evolução histórica do Estado do Paraná;
- II - a constituição e o funcionamento dos Poderes Estaduais;
- III - aspectos urbanísticos e arquitetônicos das cidades e regiões turísticas do Estado;
- IV - aspectos naturais e humanos do Estado;
- V - principais pontos de atração turística, com detalhamento histórico, cultura, sociológico e político.
- VI - dissertação e debate a respeito dos principais eventos culturais, religiosos, históricos e do folclore do Estado;
- VII - informações pertinentes à ampliação da área turística;
- VIII - estudo do artesanato, da gastronomia e do tombamento de prédios, monumentos e equipamentos de cunho histórico e cultural;
- IX - noções gerais sobre reservas naturais e biológicas;
- X - outros assuntos de interesse do Estado;

**XI - ética profissional.**

Art. 6º - Constituem atribuições do guia de turismo, as abaixo relacionadas:

I - acompanhar, orientar e transmitir informações às pessoas em excursões ou em visita ao Estado do Paraná;

II - portar quando em serviço, a identificação de guia de turismo, fornecida pela Embratur;

III - promover e orientar os necessários despachos e a liberação de passageiros e/ou suas respectivas bagagens, nos terminais de embarques e desembarque, rodoviários, ferroviários e marítimos.

Art. 7º - O guia de turismo terá direito aos seguintes serviços gratuitamente:

a) acesso aos museus, bibliotecas, galerias de artes, feiras de exposição, quando estiver conduzindo ou não pessoas ou grupos de visita ao Estado, observadas as normas de cada um dos estabelecimentos aqui referidos e desde que devidamente credenciado como guia de turismo.

Art. 8º - No exercício de sua função, o guia de turismo deverá comportar-se com absoluta probidade, dedicação e responsabilidade, de forma a sempre zelar pelo bom nome da profissão.

§ 1º - O guia de turismo que infringir as presentes normas, estará sujeito às penalidades previstas por lei.

§ 2º - O cancelamento de registro não elide a adoção de outras providência administrativas ou legais, por parte da Embratur ou de terceiros prejudicados.

Art. 9º - O Paraná Turismo e em convênio com a Diretoria de Turismo da Companhia de Desenvolvimento do Estado, terão atribuições de fiscalizar e fazer cumprir a presente lei.

§ 1º - A Embratur em conjunto com a Paraná Turismo, poderão criar um selo para ser fixado no pára-brisa dos veículos que transportem turistas pelo Estado, indicando assim que tem contratado o serviço de guia turístico, uma vez que para obter o selo será necessário apresentar o profissional em questão. A Paraná Turismo instalará escritório turístico para atendimento aos serviços de transporte de turistas, nas diversas entradas no Estado e em lugares de fácil acesso pelos ônibus.

§ 2º - A Embratur em convênio com a Paraná Turismo, poderá estabelecer custo operacional da emissão e concessão do selo de tráfego livre em todo o Estado do Paraná, para fazer frente às despesas.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) CESAR SELEME

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto tem por objetivo evitar a prática ilegal da profissão, fomentar o desenvolvimento no campo da comunicação, dos pontos turísticos do Estado do Paraná, contribuir para o crescimento e qualidade do turismo no Estado, além de criar novos empregos em tempos de crise no mercado de trabalho.

Faz-se necessária a empregabilidade do guia de turismo, após um curso específico de guias turísticos, realizado pelo Senac ao custo de R\$2.000,00 (dois mil reais) com duração de seis meses.

A qualidade dos serviços prestados com aperfeiçoamento através da Paraná Turismo, virá beneficiar sobremaneira o turismo estadual.

A Embratur e o Estado do Paraná, deixam de arrecadar verbas, quando da não autuação das empresas ou pessoas que agem ilegalmente na profissão de guia de turismo no nosso Estado.

Para isso, precisamos proteger o exercício da profissão aos que se preparam tecnicamente, frequentando aulas em cursos especializados e hoje cadastrados na Embratur, os quais sofrem concorrência desleal por parte de atravessadores não credenciados e ainda, com ajuda de pessoas ligadas aos segmentos turísticos.

**PROJETO DE LEI Nº 164/2002**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica acrescentada a alínea “d” ao inciso II do artigo 42 da Lei Estadual nº 12.398, que instituiu o Parana Previdência, com a seguinte redação:

“Art. 42 - São dependentes dos segurados:

I - O conjugê ou convivente, na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;

II - os filhos, desde que:

a) menores de 21 anos e não emancipados;

b) definitivamente inválidos ou incapazes, se solteiros e sem renda, e desde que a invalidez ou incapacidade seja anterior ao fato gerador do benefício;

c) estejam cursando estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, se menores de 25 anos, solteiros e sem renda;

d) separados judicialmente ou divorciados, desde que inválidos ou incapacitados, sem renda ou pensão alimentícia”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º.04.2002

(a) MARCOS ISFER

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto tem por finalidade corrigir pequena distorção da lei que criou o Parana Previdência, que é a situação por que passam os separados judicialmente ou divorciados, filhos de segurados.

Justifica-se a inclusão da alínea “d” pelo fato de que, muitas das vezes os filhos dos segurados, após processo de dissolução da sociedade conjugal, retornam aos lares de seus pais sem o mínimo de estrutura para dar seguimento em suas vidas. No retorno à casa dos progenitores, não raramente perdem a segurança da vida a dois, incluindo-se aí parte da renda do cônjuge. Também em muitos casos ficam sem pensão alimentícia, que por vezes demora a ser estipulada, quando é, ou é fixada em patamares abaixo da perspectiva da beneficiada ou beneficiado.

Por isto, entendendo que os benefícios dos dependentes já elencados na Lei nº 12.398/98 possa ser estendido aos filhos separados ou divorciados, rogamos o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 165/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a conceder Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais aos Funcionários do Instituto de Pesos e Medidas do Paraná -IPEM, que atuem diretamente nas atividades de fiscalização, no percentual de 100% (cem por cento) sobre o vencimento básico.

§ 1º - A vantagem prevista no *caput* deste artigo será devida enquanto o servidor permanecer no exercício da função e em contato direto e permanente com a atividade de fiscalização.

§ 2º - Os critérios para a aplicação da referida vantagem prevista no *caput* deste artigo serão regulamentados por Resolução do secretário de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo - Seit.

Art. 2º - A gratificação prevista no artigo anterior não será computada para fins de contribuição previdenciária e não será incorporável quando da inativação do servidor.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º.04.2002

(a) MARCOS ISFER

#### JUSTIFICATIVA:

O governo do Paraná recentemente concedeu gratificação semelhante aos servidores da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. A gratificação foi concedida, digamos de passagem que muito justamente, aos técnicos que atuam diretamente nas atividades de fiscalização da ordem normativa de defesa vegetal e animal.

O IPEM é órgão estadual vinculado a Secretaria de Indústria e Comércio, mas todas as despesas com suas atividades são custeadas pelo governo federal, através do repasse de verbas oriundas do orçamento da União. O custeio da máquina do IPEM é feito integralmente pela

União, sem que o governo paranaense desembolse um único centavo para exercer as atividades de fiscalização dos produtos que são consumidos e utilizados pelos nossos irmãos paranaenses.

Os funcionários do IPEM que exercem atividade de fiscalização são originários de outras Secretarias de Estado, ou são cedidos ao Instituto através de convênio firmado com outros órgãos. A concessão da pretendida gratificação, portanto, faz jus a merecido pleito de funcionários que, exercendo a difícil tarefa de controle sobre os produtos consumidos no Paraná, sequer geram custo ao Governo do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 166/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Mantenedora Santa Terezinha, com sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º.04.2002

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Mantenedora Santa Terezinha, que mantém o Centro de Educação Infantil Santa Terezinha do Menino Jesus, com sede no município de Paranavaí, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto à comunidade de Paranavaí e de toda a região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Caíto Quintana.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Venho a esta tribuna, senhor presidente, porque em determinados momentos não se pode aceitar passivamente algumas colocações que são postas no jornal.

Nós do PMDB, o partido questionou recentemente, um resultado apresentado pelo Instituto Brasmarket. Tanto o PMDB questionou quanto o presidente, também o fez. Questionou por causa do inusitado, porque esse instituto de pesquisa, procurou o PMDB para vender a pesquisa.

Isso pode-se afirmar hoje com todas as letras, porque o próprio chefe do instituto, veio à imprensa dizer que não quis vender a pesquisa. Quis vender o relatório.

Ora, é de um mal-caratismo fora do comum, quem eventualmente, faz uma pesquisa para alguém e venha vender o relatório para todo mundo.

Eu vejo no jornal de hoje, escrito aqui: Brasmarket distribui nota à imprensa”.

E a Brasmarket está a contestar os dados a respeito, e justificando a pesquisa que fez, citando inclusive nominalmente, o senador Roberto Requião, que tenha denunciado na tribuna do Senado esse fato. Não o fato da pesquisa. O fato de tentar vender a pesquisa.

E para ir além, senhor presidente, senhores parlamentares, o PMDB questionou na Justiça Eleitoral, pedindo que fosse apresentado a metodologia da pesquisa e quais os municípios pesquisados.

E aqui, chamo a atenção dos deputados do Sudoeste do Paraná, deputada Luciana, Traiano, Zuk, Valdir Rossoni conhece bem, o Nereu Moura conhece bem. As pessoas conhecem o Sudoeste.

Olha aqui, o que está no jornal do dia 29 de março, sexta-feira passada portanto, Folha de Londrina: “Ignorância Goeográfica”, o nome que está aqui. Estou lendo o que está escrito no jornal: “O presidente do Instituto de Pesquisa Brasmarket, Ronald Kuntz, rejeita a acusação do senador Roberto Requião, PMDB, que colocou sob suspeita a pesquisa de intenção de votos para governador e senador do Paraná, alegando que não existem quatro dos cinco municípios citados no relatório da Brasmarket.”

A Brasmarket apresentou o número de cinco municípios para a Justiça Eleitoral, deputado Traiano. Desses cinco, quatro o PMDB alegou que não existem. Aí ele vem aqui: “Eu desafio o Requião, “Ronald Kuntz adoraria provar na Justiça, que conhece o Paraná melhor que o senador Roberto Requião.

Pela rodovia BR-373, diz “chega-se a Corvo Branco, Passa Quatro e Alto Amparo, localizados entre Pato Branco e Ponta Grossa. Baulândia fica perto de Francisco Beltrão. O que talvez explique o desprezo do senador, que eles têm menos de dez mil eleitores.

Alguém do sudoeste ouviu falar no município chamado Baulândia, perto de Francisco Beltrão? Alguém conhece? Isso é resposta do dono da Brasmarket.

Alguém conhece um município no Sudoeste do Paraná chamado Corvo Branco, Passa Quatro e Alto Amparo? Alguém conhece esses municípios no Paraná? Não existem!

Então, data vênia, nós estamos vivendo um momento eleitoral que se aproxima. Cada partido fará o possível para melhorar o seu desempenho e é um direito líquido e certo, justo, que os partidos políticos façam as reuniões como puderem fazer, o que não pode permitir, e aí desculpe-me o cidadão dono da Brasmarket que isso aqui no jornal ou o gerente dela, nós não podemos permitir que “picareta”, vendedor de pesquisa, venha tentar diminuir todo o trabalho de todos nós, porque quando se faz o resultado de uma pesquisa para “Pedro”, pode-se fazer para “Paulo”.

E isso põe em risco, deputado Valdir Rossoni, o próprio trabalho nosso, parlamentares de quatro anos, porque afinal de contas nesta canoa não está apenas o

candidato a presidente da República ou o candidato a governador, estão os candidatos a deputado federal, estão os candidatos a deputado estadual que correm, dia-a-dia, nos seus redutos eleitorais procurando colocar a posição do seu partido e nós não podemos permitir que um cidadão, sem passar por esta Casa, crie cinco municípios novos no Sudoeste do Paraná entre os quais Baulândia, que não existe nem perto, nem longe de Francisco Beltrão e muito menos no Estado do Paraná.

Fica aqui registrado o nosso protesto e, seguramente, o representante da Brasmarket vai mostrar, sim, na Justiça Eleitoral aonde estão esses municípios do Paraná que ele pesquisou, porque aqui no nosso Estado é que não é.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Horário do Grande Expediente. Com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados:

Apresento hoje à Assembléia Legislativa um projeto de lei que proíbe o lançamento e vendas de ações da Sanepar.

“Art. 1º - Fica proibido o lançamento e venda de ações da Sanepar através do processo internacional de emissão de ações IPO-Initial Public Offering, por meio de um Programa ADR-American Depositary Receipts, que prevê a emissão de ações diretamente em bolsas de valores brasileiras e americanas, ou qualquer título ou protesto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário”.

O Governo do Estado possui 87,52% do capital social da Sanepar, e atualmente tem apenas 60% das ações ordinárias. A venda de 37,52% ao Grupo Dominó Holding, rendeu ao governo R\$244 milhões, cuja aplicação de tal recurso, nem ao Tribunal de Contas foi possível formar opinião sobre o assunto. Um patrimônio paranaense que evaporou.

A Sanepar fará o lançamento e venda das ações, para, segundo nota explicativa da diretoria da empresa, - através do balanço publicado em 31/12/2001 - paga um empréstimo ao Governo do Estado do Paraná, em 2002, no valor de R\$179.552,00.

Uma vez que o governo retirou do capital da empresa em 1998, R\$244 milhões, a transferência do montante ora emprestado, R\$179 milhões, para aumentar a participação societária do Estado na Sanepar, reconstituiria, mesmo que em parte, o poder de gestão na Sanepar, uma vez que um acordo de acionista entre governo e empresa, resultou em plena desvantagem do acionista majoritário, no caso o governo.

A Sanepar não tem sistematicamente, ações negociadas em Bolsas de Valores. Muito provavelmente amar-

gará mais um prejuízo, como o que ocorreu quando a Sanepar colocou as ações à venda, em bloco, na Bolsa de Valores do Paraná, onde o Grupo Dominó Holding comprou por 136 milhões a menos do valor patrimonial, sem contar marca, tradição, faturamento, valor do patrimônio líquido, ou seja, o prejuízo direto aos cofres públicos.

Alguns indicadores sobre a atuação da Sanepar em 2001 em relação a 2000, sempre comprovando a tendência de que após a sua privatização parcial, a preocupação passou a ser na obtenção de lucratividade:

1º - o reajuste tarifário de 2001 foi de 12,80%, quando a inflação foi de 7,69%, ou seja, as contas de água subiram para a população 66,08%, acima da inflação.

2º - O índice de rentabilidade, com relação ao patrimônio líquido médio obtido, apresentou recursos na ordem de 10,08% superior a 2000, representando ganho adicional de 15,06 milhões.

3º - Somente nos exercícios de 2000/2001, o lucro líquido da Sanepar foi de 288 milhões de reais.

4º - A Sanepar pagou a título de dividendos e juros sobre capital próprio, somente em 2001, 70 milhões de reais, representando 159% superior a 2000. E para 2001 a assembleia geral da Sanepar aprovou, em 22 de março próximo passado, a título de pagamento aos acionistas da Sanepar, mais de 73 milhões referentes a juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios.

5º - A participação nos resultados da Sanepar para os funcionários reduziu em 43%, quando o lucro de 2001 foi de 11,04% superiores a 2000.

6º - Com honorários da diretoria e conselhos ocorreu o contrário, em 2002 o valor foi de 615 mil, enquanto que em 2001 saltou para 875 mil reais, superior em 42% aos gastos do exercício de 2000.

Então, senhor presidente, este é o teor da lei que apresento a esta Casa, hoje. Gostaria de lembrar aos deputados que essa pode ser uma luta assim como foi a da Copel. Como poderíamos imaginar a Sanepar colocando ações preferenciais à venda na Bolsa de Nova Iorque?

Quem será que iria lá comprar essas ações de uma empresa desconhecida do mundo de bolsas internacionais? Quem será que compraria essas ações preferenciais, que são aquelas que dão a possibilidade no saque do lucro da empresa, elas não são ações que dão direito a voto, mas ações que lhe dão direito ao acesso à rentabilidade da empresa. Então, é de se imaginar que alguma coisa está errada.

Eu vou continuar aqui fazendo uma leitura que evidentemente não é uma leitura montada pela nossa equipe, mas que está no próprio balanço da Sanepar, estamos simplesmente traduzindo isso em poucas palavras, a fim de não cansar os senhores deputados com dados e números que possam eventualmente cansá-los.

Alguns indicadores sobre a atuação da Sanepar em 2001, em relação a 2000.

“Sempre comprovando a tendência que após a privatização parcial a preocupação passou a ser a obtenção de lucratividade conforme vínhamos afirmando.

1º - O reajuste tarifário de 2001, foi de 12,80% quando a inflação foi de 7% como já disse anteriormente.

O índice de rentabilidade com relação ao patrimônio líquido médio obtido apresentou resultado de 10,8% em 2000, representando um ganho de 15,6 milhões.

A Sanepar pagou, a título de dividendos, juros. Com a privatização de parte da Sanepar, e até o Governo do Estado ficou bonzinho com a empresa, a ponto de emprestar recursos do programa Paranasan, a título de adiantamento, para o futuro aumento de capital no valor de 179 milhões de reais.

Por que não fazia isso quando a Sanepar, quase a sua totalidade, pertencia ao Governo?

O Governo, após vender parte da Sanepar ao Grupo Dominó Holding que se constitui de banqueiros, de empreiteiros e de empresas francesas e da Copel, cujo peso pago por 34,71% do patrimônio do Estado. Além de ficar 136 milhões abaixo do valor patrimonial, concordou novamente, em 2001, em repassar do erário público à Sanepar, 39 milhões de reais”.

Isso aqui, senhores deputados, constitui improbidade administrativa, se constitui roubo do dinheiro público.

Vou voltar a ler isso aqui, para que fique bem claro:

O Governo após vender parte da Sanepar ao Grupo Dominó Holding que se constitui de banqueiros, de empreiteiros e de empresas francesas e da Copel, cujo peso pago por 34,71% do patrimônio do Estado. Além de ficar 136 milhões abaixo do valor patrimonial, concordou novamente, em 2001, em repassar do erário público à Sanepar, 39 milhões de reais”.

Isso não fui eu que escrevi, foi o contador da Sanepar que escreveu. Aonde está o Tribunal de Contas?

Aonde está o Ministério Público?

Quem está fazendo tal afirmação é a própria diretoria da Sanepar, em notas explicativas contidas no Balanço encerrado em 31.12.2001.

Eis na íntegra a nota da diretoria:

“O saldo remanescente do adiantamento do Governo para o futuro aumento de capital, de R\$39.972, foi negociado separadamente, sendo acordado entre a Companhia e o Estado do Paraná, por meio de documentação suporte datada de 29 de janeiro de 2002, que o valor não será pago ao Estado, sendo o mesmo transferido ao patrimônio líquido como uma contribuição de capital, que foi registrada no grupo de reserva de capital, em 31.12.2001, considerando a essência da operação realizada, apesar da documentação formal ter sido assinada somente em 29 de janeiro de 2002.

Caso o valor fosse transferido para aumento de capital do governo, o que aumentaria somente sua participação não seria doação do dinheiro público, como contribuição do Estado a uma empresa que o governo possui em torno de 53% do capital social. E no caso a atuação de

74% dos 39 milhões, 972 mil saindo, de forma gratuita do erário público, para o particular. Esse fato se constitui em crime contra o patrimônio público, devendo os responsáveis por tal prática, estar incursos na Lei de Improbidade Administrativa, conforme determina a nossa Constituição.

Senhor deputados, o governo repassa aporte de capital a fundo perdido, a custo zero, sendo que parte da Sanepar é da iniciativa privada. A diretoria da Sanepar escreve e recebe, em 2001 179 milhões de reais e não faz nenhum contrato formal com o governo. O governo contrai empréstimo internacional, dá 100% de aval, repassa os 179 milhões e em 2002 vai realizar um documento formal, para que se esse dinheiro volte para o caixa do Estado e além do que deixa 39 milhões de reais, como aporte de capital.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao deputado Luiz Carlos Zuk.

#### **O Sr. Luiz Carlos Zuk**

Deputado Neivo Beraldin, primeiramente, cumprimento V. Exa e, principalmente sua assessoria, que traz a nós, aos 54 parlamentares, dados que traduzem a verdade e fatos que são por V. Exa. aqui ditos, que não há contestação, porque não encontramos na bancada situacionista ninguém que viesse se opor ao esclarecimento que V. Exa. presta a este Plenário.

Eu queria, nobre deputado Neivo Beraldin, que V. Exa. encaminhasse, através de um requerimento, que teremos a honra de subscrever em seu nome, como acredita a maioria desta Casa, para remeter ao Tribunal de Contas, isso que V. Exa. está relatando, ao Ministério Público e também indagar ao Tribunal de Contas, onde é que anda o Hitoshi Nakamura - a sua prestação de contas foi reclamada, pelo cunhado do governador e conselheiro que lá está - V. Exa. tem conhecimento, Henrique Naihenboren - e que não devolveu para análise do Tribunal de Contas as contas glosadas do Sr. Hitoshi Nakamura, bem como aquela averiguação feita pelo conselheiro Nestor Batista, que procura de todas as formas possíveis ao seu alcance não consegue, como V. Exa. assim o faz, esclarecer à opinião pública, o que há por traz de tudo isso.

Parabéns, deputado Neivo Beraldin.

#### **O SR. NEIVO BERALDIN**

Muito obrigado, deputado Zuk.

Tenho dito aqui inúmeras vezes, que seria importante aposentar os conselheiros do Tribunal de Contas, a bem do serviço público, e aproximar técnicos do tribunal a este Poder. Porque aqui é o poder. Nós é que temos de acompanhar a aplicação dos recursos. O que a gente vê é denúncia de obras paradas; é denúncia de receber as contas de municípios pequenos, mas não se vê dos grandes. Eu, sinceramente, sou muito cético em relação a conselheiro. Não sei se aquela toga cabe a um conselheiro, porque não tem poder. Estamos invertendo os papéis. Aqui é

que é a casa do povo. Aqui é que estão os deputados eleitos para representar a população, fiscalizando com rigor a aplicação dos recursos públicos.

Acho que se tivéssemos à nossa disposição um corpo técnico, que tem o Tribunal de Contas, com engenheiros, economistas e tributaristas, poderíamos exercer um papel muito melhor do que estamos exercendo hoje. Se tivéssemos aqui toda essa condição de assessoria técnica, estaríamos, com certeza, trazendo à baila, ao público, como informação, tanto à imprensa, como à população presente, informações de desmando.

Já pensaram senhores deputados, se nós tivéssemos, aqui a nossa assessoria fiscalizando a venda do Banestado? Já pensaram se tivéssemos aqui condições de ver empréstimos dados por governos a empresas do Mato Grosso, empresas do Paraná? Já pensaram se tivéssemos aqui, - não vou dar nome, mas são tantos empréstimos dados a gente que sequer tem CPF! Que hoje um escritório especializado em cobrança está cobrando em Curitiba! Tem empresa lá, que deve 20 milhões de reais, porque quando venderam o Banestado por um bilhão e seiscentos, venderam junto o "a receber"! E quem é que deu esses empréstimos? Por quê é que o Estado precisou integralizar 3 bilhões e 700 milhões, sendo que o Estado podia, simplesmente, deixar quebrar o banco? E olha: temos aí uma conta a ser paga por 30 anos, que representa, hoje, mais de 30 milhões de reais por mês! Aí o cidadão diz: "Não, mas é o governo que deve". Não, é o cidadão, porque o governo, tendo menos dinheiro para social, para a saúde, educação, segurança, etc., se anteciparam os royalties de Itaipu até 2020, é menos dinheiro no caixa do Estado!

Onde é que estamos no dia-a-dia, que uma Sanepar torna público o seu balanço e ninguém discute. Sabe por quê é que está isto aqui escrito no balanço? Porque, no mínimo, o contador da empresa disse: "Não vou fechar a contabilidade sem fazer constar tudo que está errado". Sabe por quê o Tribunal de Contas muitas vezes aponta, os técnicos apontam? Porque os técnicos não querem ceder ao poder superior e acabam escrevendo com letras que você tem que comprar uma lupa para ver o que está escrito! Mas está escrito!

Então, senhores deputados, que fique para os Anais da Casa e como reflexão. O Poder político há de mudar, porque o povo está mudando. Todo cidadão tem que ser, hoje, um exemplo de eficiência, de competência e de fazer bem feito. Tenho certeza que todos nós estamos diante da população, este ano, para buscarmos a nossa reeleição ou outro cargo, e deveremos estar na certeza de que temos a consciência do dever cumprido. E talvez por esse único objetivo é que venho à tribuna, em longos discursos, para relatar trabalhos que fazemos muitas vezes nos finais de semana - acompanhados de auditores profissionais, de gente que tem vontade de servir à sua pátria, que tem por desígnio de Deus uma função de representar com dignidade.

Concedo o aparte ao deputado Cezar Silvestri.

**O Sr. Cezar Silvestri**

Deputado Neivo Beraldin, estou acompanhando e tenho acompanhado seus pronunciamentos e quero parabenizá-lo.

V. Exa. realmente tem se dedicado, tem estudado, tem apresentado bons projetos nesta Casa e levanta uma questão da maior importância. Não quero, aqui, generalizar, porque acho que toda generalização acaba sendo injusta.

V. Exa. falava do Tribunal de Contas. Acredito que lá temos bons Conselheiros, como também tem alguns que deixam interrogação. Mas, de qualquer forma, as coisas estão acontecendo no Paraná e muita gente aposta na falta de memória que o povo tem, de forma geral, não somente o povo paranaense, mas também o povo brasileiro. E V. Exa. levantava algumas questões e eu começava aqui recordar.

O deputado Zuk falava no secretário Hitoshi Nakamura, onde surgiram, durante os 4 anos da sua gestão frente à Secretaria de Meio Ambiente, diversas denúncias, denúncias indefensáveis. Há quem diga que um dia ele foi chamado no Tribunal de Contas e um conselheiro lhe perguntava como ele havia feito uma obra sem licitação? -” Não, o governador mandou e para mim quem manda é o governador”. E assim dessa forma, ele justificou e isso é público, e V. Exa. deve saber disso. E esse secretário saiu, ninguém mais fala, todas as denúncias, pelo jeito, acabaram morrendo, os Jogos da Natureza, onde foi amplamente divulgado exageros, absurdos que foram gastos, ninguém mais fala nisso.

Há dias atrás, V. Exa. estava presente, quando aqui estive o secretário da Fazenda e eu perguntava quanto o governo tinha alavancado com a venda de ações da Copel, aquele lançamento de debêntures. Ele falou que ia responder, não respondeu, a sociedade paranaense não sabe. Há quem diga que foram 2 bilhões, 3 bilhões, alguns já chegaram a 4 bilhões de reais que foram apurados com aquele recurso. Os recursos foram gastos e o governo do Estado diz que a situação financeira do Estado está à mil maravilhas, que o endividamento foi muito pequeno, mas enfim, se foram 4 bilhões de ações da Copel, eu não sei o valor mas nós sabemos o percentual, foi 53% das ações da Copel que foram vendidas, nos últimos anos.

No Banestado foram quase 5 bilhões, custa um milhão de reais a todos os paranaenses, por dia, são 30 milhões por mês pelo serviço dessa dívida, ao longo dos próximos 30 anos.

Na questão da Sanepar também fica uma interrogação, é 40% que foi vendida? É meio a meio? Quem hoje domina? Eu lembro que V. Exa, inclusive levantou essa questão aqui na Casa, praticamente o Governo perdeu todo o comando sobre a empresa, enfim, diversas denúncias foram feitas, a Oposição cumprindo com o seu papel porque nós estamos aqui para legislar, mas também para fiscalizar o Executivo, mas as coisas acabaram ficando, com o tempo, no esquecimento, tanto é que eu vejo o

governador agora falando pelo interior que a situação do Estado realmente é maravilhosa, que nós vamos colher os frutos nos próximos anos e chegando ao ponto de dizer que ele cresceu cerca de 20, 30% nos últimos 90 dias na sua popularidade, que estava a zero. Mas isso de certa forma me preocupa, apesar de eu não acreditar nesses índices, mas de certa forma me preocupa, deputado, porque real e infelizmente, o povo não tem memória, se nós da Oposição não cumprirmos com o nosso papel, como V. Exa, tem feito, insistentemente, vindo a tribuna, apresentando números, denúncias, daqui uns dias o governador Jaime Lerner sai aplaudido como se nada tivesse acontecido, estas denúncias não existiram, afinal de contas foram apenas, 8, 10 bilhões que sumiram nos últimos 4, 5 anos isso não é nada para um Estado forte e pujante como o Paraná!

Em 5, 6 anos ele recupera, mas eu acho que não é esse o nosso papel e por isso eu quero aqui parabenizá-lo e eu acho que essa é uma preocupação que não deveria ser só dos deputado de Oposição mas de todos os deputados da Casa, porque afinal de contas nós fomos eleitos pelo povo do Paraná, como eu disse, para legislar, mas também para fiscalizar o executivo, independente do partido ao qual nós pertencemos.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Obrigado pelo aparte, deputado Cezar Silvestri. Agora veja o que eu estranho. Eu me lembro quando era deputado, no passado, quando outros governos governavam, qualquer coisa que pudesse pairar qualquer dúvida, por menor que seja, o líder do Governo ia imediatamente se contrapondo, explicava à Casa e evidenciava os assuntos. Hoje, não!

Hoje eu perguntei qual é a conta que o Estado tem para administrar o Fundef e o governo não informa e fica por isso mesmo! Sabe por quê? Porque 506 milhões de reais foram pagas dos cofres públicos do Estado para publicidade e propaganda, então está tudo quieto, está tudo bonito!

Mas, senhores deputados, eu apresentei hoje e vou repetir um projeto que proíbe o lançamento e venda de ações preferenciais da Sanepar.

Solicito e vou encaminhar por escrito regime de urgência para o projeto, porque este é um assunto que a Casa pode não deixar acontecer. Não podemos permitir que ações preferenciais sejam vendidas na Bolsa de Nova York, onde a empresa não tem nenhuma tradição de ações em Bolsa. Ela participou uma única vez vendendo em bloco, ainda por cento e trinta e seis milhões a menos do valor patrimonial. Como permitir venda de ações da Sanepar na Bolsa de Nova York? Quem é que vai comprar as ações? Todos já sabem quem é!

E o que nós estamos fazendo?!

**O Sr. Augustinho Zucchi**

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

V. Exa. dizia do gasto com a propaganda oficial. se não me falha a memória, fora 509 milhões, que V. Exa. falou.

Pois bem. Ontem, numa entrevista com Boris Casoy o senador do PMDB, de Goiás, Maguito Vilela, dizia concordar com muitas das ações do governador de Goiás. No entanto, ele é candidato que vai disputar a eleição com Marcondes Pirilo, e V. Exa, sabe, deputado Neivo, fiquei olhando a afirmação que ele fez e que disse que a maior discordância que ele tem é porque Goiás gastou uma cifra extraordinária com propaganda. Disse ele que o Estado de Goiás foi o que mais gastou em propaganda e o Boris perguntou para ele quanto tinha sido e ele falou “noventa milhões”.

Eu imaginei o seguinte, temos que mandar um fax para o Boris Casoy, pedindo para ele entrevistar o nosso governador e pedir quanto foi gasto em propaganda oficial. Aliás, a última que eu vi em todas as revistas de circulação nacional, é uma página inteira dizendo da Copel como sendo uma empresa modelo no nosso Brasil que foi aprovada com maior índice de aceitação da população em termos de trabalho que a Copel desenvolve e das empresas de energia do nosso Brasil. Eu fiquei imaginando, “ora, ao invés de fazer essa propaganda, tinha que dizer que, apesar de tudo isso, o governo queria vender a Copel”.

Então, apenas para corroborar com o pronunciamento de V. Exa. que sempre traz dados a respeito da administração e do que foi a administração pública desses últimos anos, e dizer que se a imprensa nacional ficou estarecida com os gastos de 90 milhões de propaganda oficial, imagino eu, quem não sabe o que foi gasto no Paraná!

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Quero lembrar que em 96 o governo do Estado gastou 39 milhões em publicidade. Em 97 gastou 117. Em 98, gastou 134 milhões e aí foi, representando 2,5% da receita bruta do Estado, enquanto São Paulo gastou 0,60 e a Bahia, 0,52%.

Então, nós estamos diante de um quadro que não poderia permitir a quietação da Bancada do governo. Sinceramente, não! Estamos diante de um quadro estarecedor onde se dilapidou o patrimônio público, onde se endividou 8 vezes e meia a dívida do Estado em sete anos de governo, enfim, tudo isso nós conhecemos.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

#### O SR. FERNANDO GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do vereador Claudionor Costa, de Paranaguá, figura popular e que tem desempenhado um grande papel naquela cidade.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais a visita do ilustre visitante.

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao senhor deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados, o deputado Neivo Beraldin abordou um assunto palpitante na tarde de hoje, aqui nesta Casa, mostrando como é que o governador Jaime Lerner administra o Estado do Paraná, como é que o governador conduz os negócios públicos no Estado do Paraná.

Eu estava, no sábado, na minha região, assistindo um jogo de futebol: Caramuru contra Tabu. O Caramuru, de Chopinzinho. E o Tabu, de Clevelândia. Ouvindo o rádio, no meio do jogo de futebol o narrador fazia propaganda para o governo Jaime Lerner.

Eu fiquei pensando, porque ouvindo o Atlético jogar com o América de Cali, ouvindo o Coritiba jogar contra o Grêmio, ouvindo o Malutron contra o Mamoré, o Paraná Clube, o Mamoré, o Malutron e o Criciúma, propaganda do Governo pelos narradores das equipes esportivas destas emissoras de rádio!

Senhor presidente, o volume de recursos que o governador Jaime Lerner está gastando em publicidade é caso de polícia! No primeiro mandato, foram 590 milhões de dólares em propaganda! Propaganda mentirosa! Propaganda enganosa! Propaganda fictícia! E a história se repete, novamente. Até numa ofensa ao povo do Paraná, porque o respeito que este Governo tem pelo povo do Paraná é zero! Porque abusa da inteligência, abusa da sabedoria, abusa do sentimento do povo do nosso Estado. Propaganda desvairada nos jornais de circulação nacional, jornais de circulação estadual e emissoras de rádio, emissora de televisão! É propaganda para ninguém pôr defeito.

Como eu disse, propaganda mentirosa daquilo que não existe, de um estado fictício e mirabolante, que só existe no pensamento deste homem que está aí, maltratando o dinheiro público do Estado do Paraná.

Ora! senhor presidente, eu gostaria e vou lutar tanto para me reeleger deputado, porque quero estar nesta Casa o ano que vem, com um novo Governo, para que possa fazer uma investigação aprofundada do governo Lerner. Não vai resistir uma semana de fiscalização. Não vai! Com certeza será um governo que terá sérios problemas com a Justiça, porque hoje está enclausurado, escondido, tratando dos negócios públicos como se fosse uma caixa-preta. Mas, a partir do ano que vem esta realidade vai mudar.

E nós, se Deus quiser e Deus quer, haveremos de mudar este Paraná, virar esta página e escrever com letras garrafais o nome da moralidade pública! E haveremos de passar em branco este Estado, este período negro da história do Paraná, em que tivemos a infelicidade de ter um governador do quilate do senhor Jaime Lerner!

Senhor presidente, eu vou lutar, vou trabalhar para que possa estar nesta Casa a partir do ano que vem e se puder, senhor presidente, participar das Comissões que irão fiscalizar o governo Jaime Lerner, não tenho dúvida que será um governador que irá pagar caro pelo que ele está fazendo pelo Paraná, propaganda gasta com o dinheiro público, mentiras, e o povo sofrendo! Os policiais militares, as mulheres dos policiais militares atrás dos salários, os professores, os problemas do IPE!

Quem não se lembra quando o governador no início do ano fez propaganda nos jornais do Brasil inteiro, dizendo que tinha encontrado o ovo de Colombo com relação ao plano de assistência de saúde dos funcionários públicos, e o que é que aconteceu?

Um verdadeiro fiasco! Apenas 6 hospitais se credenciaram para participar da licitação para escolher os hospitais que irão prestar assistência médica ao funcionalismo público do Paraná!

E o governo fez propaganda no Brasil inteiro que tinha resolvido o problema da prestação de assistência médica aos servidores do nosso Estado! E assim, vai a humanidade...

E assim vai o governo Jaime Lerner, fadado ao insucesso, mas acima de tudo, maltratando o dinheiro do Estado do Paraná, gastando irresponsavelmente da forma mais pecaminosa possível, e o povo padece e sofre por falta de políticas!

Não temos políticas de saúde, não temos políticas de agricultura, não temos políticas para o funcionalismo público, a não ser mentiras, a não ser politicagem, a não ser destruição da máquina pública do nosso Estado.

#### **O Sr. Cezar Silvestri**

Ilustre deputado Nereu Moura, eu falava da minha preocupação, na fala do deputado Neivo Beraldin, e quero aqui reafirmar, essa afirmativa sua, e que era minha e da grande maioria dos deputados, faz com que a minha preocupação aumente.

Nós sempre dizíamos que o governador Jaime Lerner estava fadado ao fracasso e eu sempre lembro o ministro da comunicação social de Hitler tinha uma frase que ficou famosa “uma mentira repetida muitas vezes, torna-se uma verdade”.

E isso começa a nos preocupar.

Eu fui passar a Páscoa no interior, na minha cidade, ouvi um cidadão discutindo no restaurante, inclusive, chamara-me para a discussão. Ele dizia que nós, da Oposição fizemos uma acusação indevida contra o governador Jaime Lerner.

O governador nunca quis vender a Copel; ele só queria vender a Copel porque o governo federal tinha obrigado, mas veja que o governador é um homem de visão e que agora ele, inclusive, vai colocar recursos na Copel...

A Copel ganhou um prêmio como a empresa mais competitiva do país, a melhor empresa de energia elétrica, e de repente, nós vamos virar bandidos!

O massacre feito através dos meios de comunicação e que nós estamos vendo, como V. Exa. diz, até na transmissão de jogos de futebol, de repente vai haver uma inversão das coisas.

Então, eu acho que esta afirmativa de que o governador Jaime Lerner está fadado ao fracasso, não é verdadeira.

Nós da Oposição, precisamos nos organizar, porque estão tentando fazer uma inversão das coisas.

Se nós observarmos o que ocorreu nos últimos 90, 120 dias, dá para sentir claramente que está havendo esta inversão.

É a questão da Copel, é a questão da situação financeira do Estado que é uma outra grande mentira, deputado José Maria Ferreira.

Eu fiz uma análise, só do que entrou de recursos extras no final do ano.

Uma lei que foi aprovada aqui nesta Casa, se vocês lembrarem bem, que aumentou o ICMS, que houve muita discussão, uns diziam que era 1%, outros diziam que óleo diesel era 12, mas a média era 8%. Isso representa por mês 30 milhões a mais do que o Estado está arrecadando! Quem está pagando é o pequeno empresário, porque o grande está isento através de uma postergação!

Uma outra lei que foi aprovada nesta Casa e que nós nos posicionamos contra, foi a que sacava todos os depósitos judiciais, dizem que foi 180 milhões que entrou nos cofres do dia para a noite. Teve uma lei do deputado Hermas Brandão que possibilitava o contribuinte pagar dívidas ativas usando precatórios alimentícios. A última informação que tive, é que já entrou 130 milhões.

Lógico que houve uma recuperação artificial no final do ano, mais o dinheiro da Chrysler, de 80 a 100 milhões.

De repente, o governo tenta dizer que está numa situação financeira privilegiada! Um dinheiro extra que entrou, que não representa uma realidade de crescimento em arrecadação no Paraná!

Se isso não ocorresse, 90% dos prefeitos já tinham abandonado esse governo que só prometeu, só assina convênios. Tiveram um oxigênio de final de ano em cima dessas ações feitas. E muitas, infelizmente, aprovadas nesta Casa.

É importante que a sociedade saiba disso, esse é o nosso papel. A imagem que estão vendendo no estado que somos injustos, falamos que o governador quer vender a Copel, ele nunca quis vender a Copel. Dizer que o Estado estava falido, fomos injustos!

O governo pagou 13º, até convênios com os municípios está fazendo! Esta realidade temos que ter a competência de levar à sociedade paranaense, senão vamos ter uma surpresa. Essa história que o governador está liquidado, me preocupa. Temos que agir.

Muito obrigado!

#### **O SR. NEREU MOURA**

Gostaria de usar o Horário da Oposição.

Fico pensando sobre essas coisas, mas no fundo tenho uma esperança muito grande no povo do Paraná. Já na eleição passada, quase não mudou a situação política do nosso Estado.

Se ficarmos imaginando, nós da Oposição deveríamos agilizar mais o instrumento fiscalizatório, porque as coisas estão ocorrendo de formas muito fáceis. O governo está nadando de braçada, em cima de coisas não verdadeiras. Em cima da mentira, da propaganda enganosa. O deputado Cezar Silvestri colocou aqui alguns dados.

Em que pese, sei que o Paraná é um Estado viável. É sim, um Estado viável. O Paraná é mal governado. É pessimamente governado, mas nas mãos de políticos sérios, de quem saiba governar o Paraná, é viável. O Paraná tem dinheiro para agricultura, para repor os salários dos funcionários, tem dinheiro; para fazer estradas sem cobrar pedágio. Paraná é viável, mas não nas mãos do Jaime Lerner.

Não existe governo que suporte mãos que não saibam governar, como nas mãos do Jaime Lerner.

Qual é a política que o Estado do Paraná tem hoje? Nenhuma, a não ser a politicagem de final de mandato tentando aliciar um prefeito aqui, uma autoridade ali, tentando colocar na cabeça do povo do Paraná que este Estado é o Éden, que é uma maravilha!

Precisamos nos alertar com relação a isso, colocar ao povo do Paraná o que está acontecendo com o nosso Estado para que não façamos um discurso vazio, não entreguemos o ouro para o bandido e para que possamos, com muita clareza e firmeza, contar ao povo do Paraná onde que está a verdade para que o povo saiba se decidir.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Concede um aparte, deputado Nereu Moura?

**(Assentimento)**

Deputado Nereu Moura, faço o aparte a V. Exa, para contestar o seu pronunciamento.

Não vejo nenhuma razão para tanto desespero, tanta preocupação por parte de V. Exa. e da própria Oposição com relação ao governador Jaime Lerner, até porque há um velho ditado que se apregoa e afirma a todos os instantes de que não se bate em quem está morto. Portanto, se V. Exa. afirma que o governador Jaime Lerner está liquidado, não há razão para atacá-lo, até porque não vejo nenhuma preocupação nesse sentido em fazer essas acusações infundadas. Agora, se assim procede é por que, realmente, reconhece o crescimento do governador Jaime Lerner.

As informações de pesquisa, claramente, mostram de que os referenciais com relação à administração do governador Jaime Lerner são os melhores possíveis, reconhecidamente, a nível nacional, em diversos segmentos do seu governo. Portanto, quero crer que as suas afirmações não são verdadeiras e essa prática de aliciamentos, de buscar prefeito aqui, buscar prefeito lá, não é uma prática apenas do governo Jaime Lerner, nós

não estamos fazendo isso, tanto é que o governo Jaime Lerner vem assinando convênio com prefeitos de todos os partidos, do PMDB e até, inclusive, do PT. Na semana passada, presenciei prefeitos do PT, de Medianeira, de Flor da Serra do Sul, assinarem convênio no Palácio Iguaçu, sem nenhuma pressão do governador Jaime Lerner, nem dos parlamentares, é o caso do projeto de Londrina e de Ponta Grossa.

Agora, essa prática existiu, ocorreu, é verdade, em outros governos, testemunhamos isso. Sou testemunha maior.

Deputado Nereu, fiz Oposição ao governo Requião, aqui, em 1990 e acho que ele não estava errado se procedeu assim, estava correto, porque é do mundo político buscar os espaços, conquistar lideranças, prefeitos que venham para o seu grupo político, acho isso perfeitamente compreensível. Mas, na época, lembro-me muito bem, eu era deputado estadual, ajudei inúmeros prefeitos, elegi prefeitos e o que ocorreu? Deputado Traiano era deputado de Oposição, acabou ficando com o seu irmão, prefeito apenas na oportunidade e os demais acompanharam, inclusive V. Exa., outros parlamentares, porque os senhores tinham o governo na mão.

Portanto, acho que se essa prática ocorreu verdadeiramente, foi nos governos passados, dou como testemunho isso por que vivi isso na oportunidade e é lógico que se V. Exa., estivesse do lado de cá, com certeza, estaria agindo da mesma forma, pois nós que estamos aqui nesta arena maior que é grande fórum de debates: a Assembleia Legislativa do Paraná, nós que estamos buscando espaço político, buscando votos, é lógico que buscamos o possível e o impossível para termos do nosso lado quanto mais lideranças, pois o mais importante é a nossa caminhada à reeleição.

Por isso, deputado Nereu, não posso concordar com V. Exa. com relação aquilo que disse: “o governo Jaime Lerner gasta muito em propaganda”,.. pois ele está vendendo a imagem daquilo que está realizando em obras, reconhecidamente, a nível nacional, como é a ponte recém-inaugurada, que queira ou não queira V. Exa. aceitar, é uma das obras mais importantes do Brasil e a maior da América Latina.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI

Deputado Nereu, o senhor está sendo injusto, o senhor está falando mal do governador, exatamente, no seu dia.

Hoje é 1º de abril. Hoje temos que fazer uma homenagem ao governador Jaime Lerner.

Dia 1º de abril, dia do governador Jaime Lerner.

#### O SR. NEREU MOURA

Para concluir, senhor presidente.

Deputado Traiano, nós não estamos desesperados. Nós estamos preocupados. Porque não é o Jaime Lerner que está morto. Quem está morrendo é o povo do Paraná!

Pelas mentiras. O deputado Cezar Silvestri falou muito bem. Se gastar 509 milhões de dólares em propaganda num período de mandato, não é gastar dinheiro?

Num período de mandato, em quatro anos, não tenho dúvida que nesse período a quantia ficará quase do mesmo tamanho, tanto é a propaganda, deputado Augustinho Zucchi.

O jogo do Caramuru e o Tabu. Propaganda no rádio. Propaganda maciça no rádio, para enaltecer o governador Jaime Lerner.

Imagine então, os outros acontecimentos esportivos e todos os outros setores da nossa sociedade.

Então, concluo aqui as minhas palavras dizendo, senhor presidente, que a situação é complicada.

O Paraná vive um péssimo momento. Quem não vai mal é o governador Jaime Lerner, porque usa o dinheiro para se auto-promover, para contar coisas que não existe, para criar fantasias, no que ele é um perito. Aliás, ele deveria trabalhar na magia, para fazer mágica, porque é um perito em criar fantasias.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós queremos registrar com muita satisfação a presença do deputado federal Ricardo Barros, líder do Governo na Câmara Federal.

Muito obrigado pela sua presença.

Da mesma forma, o deputado Dirceu Sperafico, que está presenciando a Sessão de hoje. Registro feito pelo deputado Duílio Genari, nós nos associamos também dessa manifestação, da Comissão da Agricultura, e a família Sperafico está de parabéns no final de semana. Seus filhos, seus familiares foram muito bem na prova Fórmula 3000.

Parabéns, em nome de todos os deputados da Assembléia Legislativa.

PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto e lei de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Convidamos novamente o nosso titular deputado Hermas Brandão, para assumir os trabalhos desta Sessão.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de iniciarmos o processo de votação, quero participar novamente aos parlamentares que amanhã nós teremos uma Sessão Secreta às 14:30 no Plenarinho. Não será permitida nem a entrada dos taquígrafos, nem do som, nada, será exclusivamente dos senhores parlamentares com a cúpula da Polícia Militar e da Polícia Civil, devidamente convocados por esta Casa.

Requerimento nº 626, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 003/2002, item 19 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

#### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/2002, de autoria da Comissão Executiva. Enquadramento dos Servidores do Poder Legislativo pelo artigo 70 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992. PARECER FAVORÁVEL DA CE. **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Aplicam-se aos servidores do Poder Legislativo as disposições do artigo 70 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, alterada pela Lei nº 10.464, de 05 de outubro de 1993, com enquadramento automático nos cargos que ocupam.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 21 de dezembro de 1992, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, imbuída no Princípio Constitucional da Legalidade inerente a qualquer um dos poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, conforme expressa o art. 37 da Constituição Federal, através de sua Mesa Executiva apresenta este projeto de resolução.

Essa se faz necessária, além da adequação constitucional acima citada, em respeito ao princípio de isonomia, contido no artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988, eis que o artigo 70, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, não tem seus efeitos extensivos aos servidores do Poder Legislativo, apenas aos do Poder Executivo.

Pelas razões acima expostas, a Assembléia Legislativa, através da Resolução aqui pretendida, visa esten-

der aos servidores do Poder Legislativo os mesmos direitos e conquistas já alcançados pelos servidores do Poder Executivo e Judiciário, a exemplo da isonomia também alcançada pelos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 403/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jaguapitã, imóvel que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2001, de 04/09/2001)**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 641/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 3º, na Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997 (doação de imóvel). **Aprovado. (Publ. no DA nº 176/2001, de 27/11/2001).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 023/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 13.412, de 26 de dezembro de 2001 (ICMS). **(Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002).**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 622, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 023/2002.

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 088/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Cecília do Pavão, com sede no município de Santa Cecília do Pavão e foro no município de São Jerônimo da Serra. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2002, de 05/03/2002)**

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que torna obrigatório a expedição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas pelo computador nos postos de saúde da rede pública estadual e municipal, inclusive consultórios médicos e odontológicos particulares em todo Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. ANEXO PROJETO DE LEI Nº 071/2000.**

Em Votação.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Para encaminhar, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só alertar ao deputado que nós só vamos apreciar a Emenda aprovada em 2ª discussão.

Para encaminhar, deputado Moysés Leônidas.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Eu queria, rapidamente, senhor presidente e senhores deputados, sei que é um projeto singelo, mas que eu tenho sentido, principalmente no interior e até com gente da minha própria família, a dificuldade na leitura dessas receitas médicas que é tido, todo mundo sabe que a caligrafia da maioria absoluta dos médicos se assemelha com hieróglifos do que qualquer outro tipo de escrita. E que nas próprias farmácias também, no afã de se tentar vender remédio, porque o Brasil é um país em que farmácia proliferou de uma forma muito grande, todo mundo utiliza medicamento, há até um vício nacional com relação a isso, e já cheguei a ver até na minha cidade, pasmem V. Exas., promoção de remédio como eu nunca tinha visto na minha vida. E isso tem causado problemas sérios, principalmente para determinada idade que não consegue ler nem letra normal sem óculos.

Então, queria só pedir o apoio, que é singelo, mas é de bom coração, a esse projeto, no sentido de tentar ajudar principalmente aqueles que têm maior dificuldade para chegar às leituras.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação a emenda. **Aprovada.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que estabelece requisitos para autorização, reconhecimento, supervisão e avaliação de cursos de graduação das instituições privadas de ensino superior e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CECE. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 638, de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 216/2000.

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, fica obrigatória a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP.**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI Nº 293/2000**

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 293/2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a distribuir gratuitamente medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná”.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

Apoiamento:

Ademar Traiano, Nelson Garcia, Luiz Carlos Alborghetti, Hidekazu Takayama, Moysés Leônidas.

**O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/2001, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que acrescenta artigo da Lei nº 12.970, de 25 de outubro de 2000. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de autoria do deputado pastor Edson Praczyk, devidamente apoiada.

Ainda, Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, tendo como presidente o deputado Basílio Zanusso; e como relator o deputado Hermes Fonseca, ambas nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI Nº 020/2001**

Inclua-se onde couber:

“Parágrafo Único - O Procon/PR atuará como órgão fiscalizador para o cumprimento dos preceitos desta lei, aplicando as sanções e penalidades constantes do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes”.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Carlos Simões, Renato Gaúcho, Marcos Isfer e Nereu Moura.

**JUSTIFICATIVA:**

Pretende-se com esta Emenda Aditiva delegar ao Procon/PR a prerrogativa de fiscalizar e aplicar as sanções e penalidades contidas no Código de Defesa do Consumidor, aos hospitais e clínicas que infringirem a Lei 12.970, de 25 de outubro de 2000.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI Nº 020/2001**

Senhor presidente, a emenda apresentada por esta relatoria tem a finalidade de suprimir a expressão “revogadas as disposições em contrário”, contidas no artigo 2º, ficando com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a destinar, aos municípios - sede de empresas que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para se instalar no Paraná, porcentagem de multas e indenizações originadas pela quebra de contrato e/ou protocolo de intenções celebradas entre o governo do Estado e as empresas beneficiadas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que institui a “Semana Estadual de Arrecadação de Sobras de Medicamentos” dentro do prazo de validade no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 621/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dispõe sobre a criação do Siscan - Sistema Estadual de Registro de Câncer no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 678/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que denomina de vereador Alci Francisco Têu, a Rodovia PR-471 do trevo da BR-277, município de Guaraniaçu, passando pelo distrito de Guaporé até a cidade de Campina da Lagoa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que cria exigências mínimas de qualidade nas licitações do Estado para a compra

do café torrado e moído consumido nas repartições públicas do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI Nº 701/2001**

Art. 1º - O café torrado e moído a ser licitado pelas repartições públicas do Estado do Paraná, deve obedecer as seguintes exigências mínimas de qualidade do produto:

- I) café 100% arábica;
- II) bebida dura livre de gosto riado e rio e sem sabores e aromas estranhos ao café;
- III) tipo 06 (seis) para melhor;
- IV) sem descrição de peneira;
- V) torra média e homogênea.

Art. 2º - Para a habilitação de empresas em licitações públicas do café torrado e moído torna-se obrigatória a apresentação de amostras do 02 (dois) kg de café torrado em grãos; amostras de 02 (dois) kg de café torrado e moído; e amostras de 02 (dois) kg de café cru, todas correspondendo ao mesmo café. A licitação será aprovada mediante laudo técnico do Claspar com a fiscalização da Emater e da APAC (Associação Paranaense de Cafeicultores).

Art. 3º - A empresa que porventura não entregar o produto licitado com as mesmas especificações de qualidade exigidas e apresentadas quando de sua habilitação, ficará automaticamente afastada de todas as licitações do Governo do Estado.

Parágrafo Único - Ocorrendo a fraude por parte da empresa vencedora na entrega do produto não condizente com as amostras inicialmente apresentadas, a empresa subsequente será chamada para atender a demanda da licitação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Nelson Garcia, Cesar Seleme e Plauto Miró Guimarães.

**O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Clube Anos Dourados, com sede e foro no município de Andirá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 15**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Nova Prata do Iguaçu, com sede no município de Nova Prata do Iguaçu e foro no município de Salto do Lontra. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ.**

Está em votação o substitutivo.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 16**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2002, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Equinocultores de Maripá - Aquimá, com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/2002, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que incorpora a gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público. **COM PARECERES DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2002, de 20.02.2002 - Ofícios)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 41/2002**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 41/2001, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, incorpora a gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público.

No mérito, o projeto é discutível, pois admite que, no Ministério Público, "todos os servidores vêm recebendo sobredita gratificação desde o mês de julho de 1999, no percentual de 100%, com exceção de três servidores, que a recebem em percentual inferior" - justificativa, folha 1.

A Lei 11.455, de 10 de julho de 1996, instituiu o quadro de planos de carreira dos servidores do Ministério Público do Paraná e nessa legislação, conforme o artigo 16, aplica-se subsidiariamente o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Paraná - Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970. Dessa forma, a concessão do Tide - tempo integral e dedicação exclusiva, se faz na forma do Estatuto, em casos muito especiais.

Procura, com este projeto de lei, regularizar situação criada em 1999. Contudo, a premissa da necessidade de incorporação do Tide porque todos os funcionários recebem desde 1999 é falsa, haja vista o regime jurídico

dos servidores em questão. No regime estatutário não há obrigatoriedade de manutenção de gratificações devido ao reiterado pagamento, ao contrário do que ocorre no sistema contratual.

A justificativa da matéria apresenta o “impacto financeiro na folha de pagamento, na hipótese de incorporação”, que será de “0,25% em relação aos ativos e de 0,94% em relação aos inativos, cujo direito, em relação a estes decorre de preceito constitucional (art. 40, § 8º, CF).

A justificativa, atesta a previsão na Lei Orçamentária sobre a incorporação do Tide, principalmente em se considerando que a despesa existe desde 1999.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do projeto de Lei nº 41/2002.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 41/2002

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, incorpora a gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão de Finanças a opinar sobre a matéria, conforme preceitua o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, constatamos na própria justificativa do autor que a proposta se justifica porque todos os servidores já vêm recebendo tal gratificação desde o mês de julho de 1999, no percentual de 100%. Por outro lado, o impacto financeiro na folha de pagamento será de 0,25% em relação aos ativos e 0,94% em relação aos inativos, cujo direito, decorre de preceito constitucional (art. 40, § 8º, CF).

Salientamos ainda, que as despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Sendo assim, a proposição encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário, pelo que emitimos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(a) ADEMIR BIER  
Presidente e Relator

#### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz - PR, de uma área de terras da planta geral da cidade de Barbosa Ferraz-PR, de sua proprie-

dade, destinado à construção de uma quadra poliesportiva coberta no Colégio Estadual Barbosa Ferraz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 028/2002, de 25.03.2002)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 141/2002

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Nelson Tureck, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, uma área de terra da planta geral da cidade de Barbosa Ferraz, para construção de uma praça esportiva.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice para a tramitação da presente proposição nesta Casa de Leis.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 141/2002.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Por solicitação do deputado Cesar Seleme, estamos anunciando que o deputado federal Ricardo Barros será homenageado hoje na FIEP, pela Liderança do Governo no Congresso, às 18h00.

Fica registrado o convite a todos os senhores parlamentares.

Sobre a mesa, Requerimento nº 583, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, diz respeito ao requerimento da presença, para as informações do procurador?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dra. Márcia Carla Pereira Ribeiro.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Ela é a procuradora chefe. Mas é a respeito de um outro procurador, de uma matéria publicada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Júlio Cezar Ribas.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Isso. Recebi todas as informações, por parte do líder do governo, na data de hoje.

Então, estou retirando o requerimento, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Está retirado o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni.**

Requerimento nº 556, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 591 e 592, de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 614, de autoria do deputado Augustinho Zucchi constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 615, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 616, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 617 de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Retirado pelo autor.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 639, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 619, 620 e 621, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 623 a 625, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 630 e 631, de autoria do deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 632, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 633 e 635, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 634, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 636, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 640, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Senhor presidente, é para que fique registrado nos anais desta Casa, que estamos recebendo nesta tarde, a visita de dois amigos, senhores Góes Damião e Gabriel

Mc Roel. Eles visitam o Paraná, estudando a possibilidade de aqui realizarem investimentos. Posteriormente, faremos uma visita a V. Exa. à Presidência.

Gostaria que ficasse registrada a presença dos ilustres visitantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Queremos anunciar a presença dos nossos amigos parlamentares, deputados federais José Janene e Sperafico, que muito nos honram com suas presenças.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei, nºs 693, 435 e 680/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2002.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 313/99 e dos Projetos de Lei nºs 41 e 141/2002 e do Projeto de Resolução nº 003/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 356/99, 129/2000, 121, 153, 397, 462, 527, 663/2001, 94 e 98/2002 e do Projeto de Lei Complementar nº 367/2000.

Levanta-se a Sessão.

#### Atas de Comissões:

##### ATA DE INSTALAÇÃO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano em curso, na sala privativa da Procuradoria Geral desta augusta Casa de Leis, atendendo determinação da Diretoria Geral, através de seu diretor doutor Abib Miguel, foi instalada Comissão de Sindicância para apurar irregularidades noticiadas no protocolo nº 411/2002, na qual figura como interessada a excelsa Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. Presentes os membros da comissão, Pedro Álvares dos Santos (Consultor Legislativo "A"), Eleovan Cezar Ribeiro (Consultor Técnico "A") e Antonio Carlos Gulbino (Agente Administrativo), sob a presidência do primeiro e nomeado secretário o segundo. Uma vez instalada a Comissão, após o exame detalhado da notícia veiculada no expediente exarado pela Corregedo-

ria Geral de Justiça do Estado, resolveu promover a coleta de provas para apuração e deslinde dos fatos, ficando, desde logo certo de que os trabalhos poderão estar concluídos num prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, fornecendo-se derradeiramente um relatório final. Como o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão é extremamente exíguo, ficou designada a data de 02 (dois) de abril do ano em curso, a partir das 9:00 horas da manhã, estendendo-se os trabalhos durante o curso do mesmo dia, para ouvida dos funcionários lotados no Serviço de Segurança e de Portaria desta Casa. A seguir, o senhor presidente determinou fosse encaminhada à Divisão de Diário da Assembléia, cópia da presente Ata de Instalação, para a competente publicação. O presente instrumento, depois de lido e achado conforme, vai assinado por mim, secretário que o elaborei, juntamente com os demais membros da comissão, sendo encerrada a presente instalação. Curitiba, 25 de março de 2002.

(aa) PEDRO ÁLVARES DOS SANTOS -Presidente  
ELEOVAN CEZAR RIBEIRO - Secretário  
ANTONIO CARLOS GULBINO - Membro

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 251/2000 e 396/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente  
Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes presidida pelo senhor deputado Ângelo Vanhoni, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Duílio Genari e Algaci Tulio. O senhor presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 435/99, de autoria do deputado Beto Richa - Relator deputado Algaci Tulio. Parecer FAVO-

RÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 201/2000 de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 358/2001. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 372/2001, de autoria do deputado Miltinho Puppio. Relator deputado Waldyr Pugliesi. Parecer no sentido de transformar em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação. APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 435/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni - Relator deputado Waldyr Pugliesi. Parecer no sentido de transformar em diligência junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deputado Ângelo Vanhoni encerrou a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes presidida pelo senhor deputado Ângelo Vanhoni, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Duílio Genari e Algaci Tulio. Contando também com a presença da professora Dilma e alguns integrantes do corpo docente da Escola Cecília Meireles. O senhor presidente deu início à sessão tecendo comentários, sobre o processo eleitoral naquela escola. Na sequência, os senhores deputados membros da comissão, fizeram suas indagações e questionamentos que foram respondidos pela senhora Dilma, conforme notas taquigráficas, parte integrante desta Ata. Em seguida honram-nos com a presença o professor Luiz Carlos Bruschi, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, Ana Estela Codato Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá - Sinteemar, professor Cesar Antonio Caggiano Santos, presidente do Sindicato dos Professores da Universidade Estadual de Londrina - Sindiprol, senhora Maria Lucia Frizon Riviotto, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior do Oeste do Paraná - Sinteoeste e da professora Luzia Marta Bellini. O senhor presidente esclareceu que o objetivo da reunião trata-se do Projeto de Lei nº 32/2002, de autoria do Poder Executivo que objetiva dar autonomia às universidades estaduais. Após esclarecimento e indagações, os senhores deputados decidiram marcar uma Audiência Pública para que sejam ouvidas as partes interessadas, conforme notas taquigráficas em anexo. Logo após o senhor presidente

deu continuidade aos trabalhos, passando à Ordem do dia: 01) Projeto de Lei nº 435/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni - Relator deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 216/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter-Relator deputado José Maria Ferreira- Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. O senhor presidente, deputado

Ângelo Vanhoni encerrou a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente  
Solange Mann - Secretária